

Portugal sobe uma posição no ranking climático e passa a desempenho elevado

10 de Dezembro, 2018

O Climate Change Performance Index (CCPI), divulgado no âmbito da Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (COP24), pela associação de defesa do ambiente alemã Germanwatch, pelo NewClimate Institute e pela Rede Europeia para a Ação Climática (CAN Europe), alerta para o facto de que poucos países demonstram vontade política para prevenir alterações climáticas perigosas.

Portugal sobe na classificação e chega ao nível de desempenho elevado

Este ano, Portugal subiu uma posição e ocupa o 17.º lugar, entre os 56 países industrializados abrangidos pelo CCPI, o que na verdade corresponde ao 14.º lugar, pois nenhum país está ainda a seguir um caminho compatível com o Acordo de Paris e os três primeiros lugares do pódio permanecem vazios.

Pertence agora ao grupo de países com desempenho “elevado”. No entanto, a melhor classificação foi conseguida no CCPI 2017 (elaborada em 2016), quando Portugal chegou ao 11.º lugar (o qual, descontando os três primeiros lugares não atribuídos, pode ser considerado um 8.º).

Os aspetos positivos destacados são: a representatividade das energias renováveis, as metas ambiciosas para as renováveis para 2030 e a política climática ligada ao objetivo de se tornar neutro em carbono até 2050 e eliminar o uso de carvão até 2030. Por outro lado, o setor dos transportes, em especial os transportes públicos e a mobilidade elétrica, são apontados como os principais aspetos negativos. De salientar que Portugal é um dos países que apoia o objetivo da UE de alcançar zero emissões líquidas em 2050.

Principais resultados do CCPI 2019

Após um período de estabilidade, as emissões globais de CO2 estão novamente a subir. Os resultados do CCPI indicam que apenas um número reduzido de países começou a implementar estratégias para limitar o aquecimento global abaixo de 2°C ou até 1,5°C. De facto, e embora haja uma corrida às energias renováveis, há falta de ambição política para eliminar rapidamente os combustíveis fósseis e, com as medidas já implementadas a temperatura global aumentará mais de 3°C. Em 40 dos 56 países analisados, as emissões diminuíram entre 2011 e 2016, porém, os investimentos em infraestruturas a combustíveis fósseis comprometem os esforços já feitos e aumentam o fosso entre os objetivos definidos no Acordo de Paris e a realidade.

A classificação é novamente liderada pela Suécia, que ocupa o 4.º lugar (que corresponde ao 1.º lugar dado que os primeiros três lugares se encontram vazios). Segue-se Marrocos, pelo seu significativo aumento no peso das renováveis e pela sua ambição climática. A Alemanha volta a descer na classificação para a 33.ª posição por culpa da falta de implementação das

políticas nacionais como a eliminação do carvão ou a descarbonização do setor dos transportes. Por outro lado, a regulação das emissões da indústria e edifícios e um regime de apoio às energias renováveis valeram uma subida considerável da China, que se encontra agora no grupo dos países com desempenho “médio”.

O grupo de desempenho “muito baixo” é ocupado por quase metade dos países do G20: Japão (49.º), Turquia (50.º), Rússia (52.º), Canadá (54.º), Austrália (55.º), Coreia (57.º) e na cauda da classificação, os Estados Unidos da América (59.º) e a Arábia Saudita (60.º). No caso dos EUA, a política climática é classificada como muito fraca, mas a ação climática a nível de diversos estados e cidades e a promessa dos Democratas, com nova maioria na Câmara dos Representantes, em impulsionar a política climática são sinais positivos.

A União Europeia (UE) – única entidade supranacional avaliada -, que representa 9% das emissões globais de GEE, subiu para o 16.º lugar graças à ambição crescente da sua política climática, importante quer a nível dos Estados-Membros, quer a nível internacional, especialmente face à retirada dos EUA.

Sobre o CCPI

Este índice desenvolvido pela Germanwatch, pelo NewClimate Institute e pela CAN, classifica 56 países e a UE, responsáveis por cerca de 90% das emissões globais de GEE. As quatro categorias examinadas são: emissões de GEE (40%), energias renováveis (20%), uso de energia (20%) e política climática (20%), sendo este último baseado em avaliações de especialistas por ONG's e grupos de reflexão dos respetivos países. O CCPI também avalia em que medida os respetivos países estão a tomar as medidas adequadas no âmbito das categorias de emissão, energias renováveis e uso de energia em direção ao objetivo global de Paris, de limitar o aquecimento global muito abaixo dos 2°C. Desta forma, o CCPI é uma importante ferramenta que contribui para uma maior compreensão das políticas nacionais e internacionais.